

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS - CELTINS

São partes ("Partes") neste "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS" ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das Debêntures (conforme abaixo definido) objeto desta Escritura de Emissão:

COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS - CELTINS, sociedade de capital fechado, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Quadra 104 Norte, Avenida LO4, Conjunto IV - Lote 12A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 25.086.034/0001-71, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"); e

- III. como garantidora interveniente nesta Escritura de Emissão:

ENERGISA S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, na Praça Rui Barbosa, n.º 80, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.864.214/0001-06, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Energisa" ou "Fiadora");

Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se "Documentos da Oferta Restrita" esta Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme abaixo definido), a AGE da Emissora (conforme abaixo definida), e demais documentos, que incluem, mas não se limitam, aqueles relacionados ao registro da Oferta Restrita (conforme abaixo definido) junto à CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), emitidos no âmbito da Oferta Restrita.

Para fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Dia Útil" qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, e feriados declarados nacionais.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

RESOLVEM as Partes, em regular forma de direito, celebrar esta Escritura de Emissão em observância aos seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÕES

- 1.1 A emissão das Debêntures nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais aplicáveis são realizadas com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora em 14 de abril de 2014 ("AGE da Emissora"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.
- 1.2 Por meio da AGE da Emissora, a diretoria da Emissora foi autorizada a (i) contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para intermediar a Oferta Restrita e realizar a colocação das Debêntures, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476; (ii) contratar os demais prestadores de serviços relacionados à Oferta Restrita, tais como o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, a CETIP e os assessores legais, entre outros; (iii) celebrar todos os Documentos da Oferta Restrita, bem como eventuais aditamentos necessários referentes aos Documentos da Oferta Restrita; (iv) negociar e estabelecer os termos e condições finais dos Documentos da Oferta Restrita, incluindo obrigações da Emissora, declarações a serem prestadas pela Emissora, limites de endividamento (*covenants* financeiros) para a Emissora, Eventos de Inadimplemento, detalhamento referente às condições de vencimento antecipado, Resgate Antecipado Total, Amortização Extraordinária, Oferta de Resgate Antecipado e termos e condições das Garantias; e (v) tomar todas as providências necessárias para constituir as Garantias por meio da negociação dos termos e condições das Garantias e celebração dos respectivos Instrumentos de Garantia.
- 1.3 A prestação da Fiança pela Fiadora é autorizada nos termos do inciso XXII do artigo 16º do Estatuto Social da Fiadora.

2. REQUISITOS

- 2.1 A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussória ("Debêntures"), e a Oferta Restrita serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:
- I. *Dispensa de registro na CVM.* Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação;
  - II. *Registro na ANBIMA.* A Oferta Restrita poderá vir a ser registrada perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), exclusivamente para envio de informações da base de dados, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA até a data do comunicado de encerramento da Oferta Restrita;
  - III. *Arquivamento e publicação da AGE da Emissora.* Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata de AGE da Emissora será registrada na Junta Comercial do Estado do Tocantins ("JUCETINS") e será publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins e no jornal "Jornal do Tocantins" ("Jornais de Divulgação da Emissora"). A Emissora concorda em enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia da ata da AGE da Emissora devidamente registrada na JUCETINS, bem como das referidas publicações, no prazo de até 30 (trinta) dias contados das respectivas datas de arquivamento e publicações;
  - IV. *Registro desta Escritura de Emissão na JUCETINS.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCETINS, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Da mesma forma, os eventuais aditamentos à Escritura de Emissão serão arquivados na JUCETINS e a Emissora declara, reconhece e concorda que enviará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCETINS, tempestivamente após a realização do respectivo arquivamento;
  - V. *Registro desta Escritura de Emissão em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.* Em virtude da Fiança (conforme abaixo definido) prestada pela Fiadora nos termos da Cláusula 6.7.1 abaixo, esta

Escritura de Emissão será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de Palmas no Estado do Tocantins, de Cataguases no Estado de Minas Gerais e do Rio de Janeiro no Estado do Rio de Janeiro, em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da sua celebração. A Emissora declara que enviará ao Agente Fiduciário cópia desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, tempestivamente após a obtenção dos respectivos registros;

- VI. *Registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis.* O Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis sob o qual constituir-se-á a garantia representada pela Cessão Fiduciária de Recebíveis em garantia das Debêntures e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de Palmas, de São Paulo e do Rio de Janeiro no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua celebração. A Emissora declara que enviará ao Agente Fiduciário cópia do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, tempestivamente após a obtenção dos respectivos registros;e
- VII. *Registro para Distribuição e Negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser distribuídas no mercado primário para investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), e nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”), e negociadas entre investidores nos mercados regulamentados de valores mobiliários, após decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social (a) a produção, distribuição, transmissão e transformação de energia elétrica, destinada a qualquer fim, nos termos da legislação em vigor, para uso público e particular; (b) o desenvolvimento de atividades de aproveitamento de energia elétrica de qualquer origem ou natureza, construindo e operando os respectivos sistemas; e (c) a colaboração no gerenciamento da utilização dos recursos hídricos situados no território do Estado do Tocantins.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão destinados ao refinanciamento de dívidas existentes da Emissora, as quais serão oportunamente informadas pela Emissora ao Agente Fiduciário.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

- 5.1 *Número da Emissão.* A emissão objeto da presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão").
- 5.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").
- 5.3 *Número de Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 5.4 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, de acordo com os procedimentos descritos na Instrução CVM 476 e nas demais disposições regulamentares aplicáveis, destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados ("Oferta Restrita"), sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), que efetuará a distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos do "Contrato de Colocação, Coordenação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reaise Fidejussória da Companhia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS" ("Contrato de Distribuição"), devendo a Oferta Restrita ser efetivada de acordo com o Plano de Colocação.
- 5.5 *Plano de Colocação com Esforços Restritos.* O Coordenador Líder organizará a colocação, com esforços restritos de colocação, das Debêntures perante os Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476, de acordo com o plano de colocação que será fixado mediante atendimento dos seguintes termos ("Plano de Colocação");

- I. não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
- II. o público alvo da Oferta Restrita será composto por Investidores Qualificados e, para fins da Oferta Restrita, todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados;
- III. somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
- IV. as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
- V. as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures que representem um valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- VI. serão levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder, assim como as determinações da Emissora, sendo que o Coordenador Líder individualmente (i) compromete-se a direcionar a Oferta Restrita para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observará os limites descritos nos incisos III, IV e V acima; e
- VII. não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.6 *Subscrição.* No ato da subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados deverão realizar a entrega da declaração devidamente assinada, afirmando estarem cientes e concordarem, no mínimo, que: (i) as informações recebidas são suficientes para sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (iii) a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA exclusivamente para envio de informações da base de dados, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do Código ANBIMA, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA até a data do comunicado de encerramento da Oferta Restrita; e (iv) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, somente podendo ser

negociadas nos mercados regulamentados 90 (noventa) dias após a subscrição ou aquisição pelos investidores, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 ("Declaração de Investidor Qualificado").

- 5.7 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 5.6 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.8 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos da CETIP.
- 5.9 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, em uma única data ("Data de Integralização"), no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro ratatemporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, por meio do MDA, por no máximo 20 (vinte) Investidores Qualificados ("Preço de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.
- 5.10 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, observado o disposto no inciso VII da Cláusula 2.1 acima.
- 5.11 *Banco Liquidante da Oferta Restrita.* O banco liquidante da Oferta Restrita será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços de Banco Liquidante previstos nesta Escritura de Emissão).
- 5.12 *Escriturador Mandatário.* O escriturador mandatário da Oferta Restrita será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços de Escriturador Mandatário previstos nesta Escritura de Emissão).
6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES
- 6.1 *Quantidade de Debêntures.* Serão emitidas 5.000 (cinco mil) Debêntures.
- 6.2 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão o valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

- 6.3 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 30 de maio de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.4 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio de extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido extrato pela CETIP em nome dos Debenturistas, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.5 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 6.6 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantias adicionais reais e fidejussória.
- 6.7 *Garantias.*
- 6.7.1 *Garantia Fidejussória.* Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita, incluindo o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura de Emissão, bem como todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita e suas posteriores alterações e verbas indenizatórias, quando houver ("Obrigações Garantidas"), até o integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, a Fiadora, nos termos do artigo 818 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadora, principal pagadora, coobrigada e solidariamente responsável perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, por toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura, com base nos termos e condições abaixo ("Fiança").
- 6.7.1.1 Verificada a mora da Emissora, nos termos do artigo 397 do Código Civil, a Fiadora deverá, mediante recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, efetuar em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da notificação enviada pelo Agente Fiduciário a respeito da mora da Emissora, pagar o valor das Obrigações Garantidas devido e não pago pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos



Debenturistas a título de Valor Nominal Unitário, Remuneração ou Encargos Moratórios, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

- 6.7.1.2 A Fiadora expressamente renuncia a todo e qualquer benefício de ordem, bem como a direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"). Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.
- 6.7.1.3 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 6.7.1.4 A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Escritura de Emissão, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente as Obrigações Garantidas.
- 6.7.1.5 Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada será efetuado de modo que os Debenturistas recebam da Fiadora os valores que seriam recebidos caso o pagamento fosse efetuado pela própria Emissora, ou seja, livres e líquidos de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.
- 6.7.1.6 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, das Obrigações Garantidas nos termos desta Escritura de Emissão.
- 6.7.1.7 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Fiadora.

- 6.7.1.8 A Fiança é prestada no âmbito desta Escritura de Emissão independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.
- 6.7.1.9 A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nas Debêntures, nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Documentos da Oferta Restrita.
- 6.7.1.10 A Fiadora, neste ato, declara ter lido e concorda, em sua integridade, com o disposto nesta Escritura de Emissão, estando ciente dos termos e condições da Fiança prestada.
- 6.7.1.11 Adicionalmente ao disposto na Cláusula 6.7.1.1 acima, caso haja o pagamento parcial, pela Fiadora, do valor das Obrigações Garantidas devido e não pago pela Emissora, os recursos decorrentes do referido pagamento serão destinados ao pagamento do Valor Nominal Unitário, Remuneração ou Encargos Moratórios das Debêntures.
- 6.7.2 *Cessão Fiduciária de Recebíveis.* Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, a Emissora, nos termos dos artigos 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, das disposições pertinentes do Código Civil, e das demais leis e regulamentos aplicáveis, cederá fiduciariamente os direitos creditórios de sua titularidade oriundos da comercialização de energia elétrica no montante mínimo mensal de 120% (cento e vinte por cento) do valor devido pela Emissora, a título de pagamento da Remuneração e amortização do Valor Nominal Unitário, na Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente subsequente, nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis") a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária de Recebíveis").
- 6.8 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de Oferta de Resgate Antecipado, de Resgate Antecipado Total e/ou dos Eventos de Inadimplemento, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2019 ("Data de Vencimento").
- 6.9 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado, do Resgate Antecipado Total, da Amortização Extraordinária e/ou dos Eventos de Inadimplemento, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas mensais a partir do primeiro mês subsequente ao encerramento do Período de Carência (conforme abaixo definido), nas datas e percentuais específicos indicados na tabela constante

no Anexo I a esta Escritura de Emissão, sendo a primeira parcela devida em 30 de junho de 2016 (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização").

6.10 *Período de Carência.* Não haverá amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures nos 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão ("Período de Carência").

6.11 *Atualização e Remuneração.*

6.11.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. As Debêntures farão jus a remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), acrescida exponencialmente de um percentual (*spread*) ou sobretaxa de 2,28% (dois inteiros e vinte e oitocentésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) até a data do seu efetivo pagamento (exclusive) ("Remuneração"), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

, onde:

J = valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido);

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Fator de Juros = (FatorDI x FatorSpread), onde:

FatorDI = Produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

, onde:

$k$  = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até “n”;

$n$  = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

, onde:

$DI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

$\text{spread}$  = 2,2800 (dois inteiros e vinte e oito centésimos);

$DP$  = É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

- 6.11.2 Para fins do cálculo da Remuneração, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.
- 6.11.3 Para fins desta Escritura de Emissão, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada amortização efetuada em cada Data de Amortização ou a Data de Amortização Extraordinária.
- 6.11.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI-Over quando da apuração da Remuneração, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI-Over aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI-Over disponível.
- 6.11.5 No caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI-Over") ou, ainda, no caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou regulatória ou determinação judicial, a Taxa DI-Over deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), conforme artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do final do Período de Ausência da Taxa DI-Over ou da data de extinção ou inaplicabilidade por imposição legal, regulatória ou determinação judicial da Taxa DI-Over, o que ocorrer primeiro, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada na forma e prazos previstos na Cláusula 9 abaixo. Até a conclusão da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada nesta Cláusula será utilizada, para fins de cálculo do Fator DI, a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da deliberação de referida Assembleia Geral de Debenturistas.
- 6.11.6 Caso a Taxa DI-Over volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.11.5 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas deixará de ser realizada, mediante

comunicação nesse sentido do Agente Fiduciário aos Debenturistas, e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos desta Cláusula, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. Nesta hipótese, não haverá alteração das datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

- 6.11.7 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculados *pro ratatemporis*, a partir da Data de Emissão (ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável). Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, será adotada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da deliberação de referida Assembleia Geral de Debenturistas.
- 6.11.8 Para fins desta Escritura de Emissão, para apuração de quórum, consideram-se “Debêntures em Circulação” aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes a qualquer de seus controladores diretos ou indiretos, suas sociedades controladas ou coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.
- 6.12 *Pagamento da Remuneração.* A Remuneração será paga semestralmente, nos dias 30 de maio e 30 de novembro de cada ano, durante o Período de Carência, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de novembro de 2014, e mensalmente, todo dia 30 de cada mês, após o Período de Carência, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de junho de 2016 (“Data de Pagamento da Remuneração”), ou, ainda, na data da eventual decretação do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou na data da Oferta de Resgate Antecipado ou do Resgate Antecipado Total, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão.
- 6.13 *Repactuação.* As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
- 6.14 *Oferta de Resgate Antecipado.* A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, mediante deliberação de sua diretoria, oferta de resgate antecipado das Debêntures,

que assegurará aos Debenturistas igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade e determinará os termos e condições do resgate, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e as disposições desta Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado").

6.14.1 Para fins da realização da Oferta de Resgate Antecipado, caberá à Emissora o cumprimento dos seguintes requisitos:

- I. publicar com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data pretendida para realização da Oferta de Resgate Antecipado, aviso aos Debenturistas a respeito da Oferta de Resgate Antecipado, o qual deverá conter, no mínimo, (a) a data pretendida para a realização do resgate antecipado; (b) menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, se houver; (c) o procedimento para o exercício da aceitação da Oferta de Resgate Antecipado; e (d) quaisquer outras informações necessárias para a realização do resgate antecipado, incluindo informações relativas ao pagamento de prêmio, se houver ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado");
- II. divulgar amplamente a Oferta de Resgate Antecipado;
- III. fornecer, na data de publicação, cópia da Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado para o Agente Fiduciário e para a CETIP; e
- IV. assegurar igualdade de condições e publicidade a todos os Debenturistas a fim de que possam tomar sua decisão sobre a aceitação da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures de sua titularidade.

6.14.2 Após a publicação da Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 2 (dois) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Emissora, nos termos da Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado serão resgatadas em uma única data.

- 6.14.3 A Emissora deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, antes de proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, notificar a CETIP a respeito da Oferta de Resgate Antecipado.
- 6.14.4 Em caso de Oferta de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, será realizado procedimento de sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário. Neste caso, a Oferta de Resgate Antecipado parcial deverá ser realizada para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio, e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência sobre o resultado do sorteio e deverão tomar todas as medidas operacionais junto a CETIP para efetivação do resgate das Debêntures.
- 6.14.5 As Debêntures resgatadas pela Emissora serão por ela canceladas.
- 6.15 *Resgate Antecipado Total.* Sujeito ao atendimento das condições previstas abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão (inclusive), por meio de comunicado individual entregue aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário ou publicado aos Debenturistas com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência e, na mesma data, envio de comunicado ao Agente Fiduciário, informando: (a) a data em que será realizado o Resgate Antecipado; e (b) qualquer outra informação relevante para os Debenturistas, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento ("Resgate Antecipado Total"). O Resgate Antecipado Total das Debêntures, pela Emissora, se dará mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro ratatemporis* desde a Data de Emissão (ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso) até a data do efetivo Resgate Antecipado, bem como dos Encargos Moratórios e do prêmio de resgate, conforme abaixo definido:

<b>Data do Resgate Antecipado Total (mês contado a partir da Data de Emissão)</b>	<b>Prêmio de Resgate</b>
Entre o 25º mês (inclusive) e o 30º mês (inclusive)	0,45%
Entre o 31º mês (inclusive) e o 36º mês (inclusive)	0,35%
Entre o 37º mês (inclusive) e o 42º mês (inclusive)	0,30%



Entre o 43º mês (inclusive) e o 48º mês (inclusive)	0,25%
Entre o 49º mês (inclusive) e o 54º mês (inclusive)	0,17%
Entre o 55º mês (inclusive) e o 60º mês (inclusive)	0,12%

6.15.1 A CETIP deverá ser comunicada do Resgate Antecipado Total com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis.

6.15.2 O pagamento das Debêntures objeto de Resgate Antecipado Total será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador Mandatário, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.16 **Amortização Extraordinária.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures em Circulação ("**Amortização Extraordinária**"), que será limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário, mediante o pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, que será amortizada, acrescida da Remuneração, calculada *pro ratatemporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária, bem como dos Encargos Moratórios e do prêmio de amortização incidente sobre a fração do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal das Debêntures, conforme o caso, objeto da amortização extraordinária, conforme tabela abaixo:

<b>Data da Amortização Extraordinária (mês contado a partir da Data de Emissão)</b>	<b>Prêmio de Amortização Extraordinária</b>
Entre o 25º mês (inclusive) e o 30º mês (inclusive)	0,45%
Entre o 31º mês (inclusive) e o 36º mês (inclusive)	0,35%
Entre o 37º mês (inclusive) e o 42º mês (inclusive)	0,30%
Entre o 43º mês (inclusive) e o 48º mês (inclusive)	0,25%
Entre o 49º mês (inclusive) e o 54º mês (inclusive)	0,17%
Entre o 55º mês (inclusive) e o 60º mês (inclusive)	0,12%

*Handwritten signature and initials.*

60º mês (inclusive)	
---------------------	--

- 6.16.1 Caso ocorra a Amortização Extraordinária, a Emissora deverá por meio de comunicado individual entregue aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário ou comunicado aos Debenturistas publicado com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência e, na mesma data, enviar comunicado ao Agente Fiduciário informando (a) a data em que será realizada a Amortização Extraordinária ("Data da Amortização Extraordinária"); e (b) qualquer outra informação relevante para os Debenturistas.
- 6.16.2 A CETIP deverá ser comunicada da Amortização Extraordinária com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis.
- 6.16.3 O pagamento das Debêntures objeto de Amortização Extraordinária será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador Mandatário, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 6.17 *Multa e Juros Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida e não paga aos Debenturistas, os débitos devidos e em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento da Remuneração, calculada *pro ratatemporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, ambos incidentes sobre as quantias em atraso ("Encargos Moratórios").
- 6.18 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.19 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.
- 6.20 *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que os Debenturistas fizerem jus serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se dos

procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador Mandatário ("Local de Pagamento").

- 6.21 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.
- 6.22 *Imunidade dos Debenturistas.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.22.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 6.21 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas acima, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.
- 6.22.2 Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 6.21 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.
- 6.23 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Oferta Restrita que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos Jornais de Divulgação da Emissora, bem como na página da Emissora e da Fiadora na rede mundial de computadores (<http://www.celtins.com.br> e <http://www.energisa.com.br>) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido "Aviso aos Debenturistas"

poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário, sendo certo que, caso a Emissora altere qualquer dos Jornais de Divulgação da Emissora após a Data de Emissão, a Emissora deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

6.24 *Vencimento Antecipado.* Observado o disposto nas Cláusulas 6.24.5 e 6.24.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos eventos elencados nas Cláusulas 6.24.1 e 6.24.2 abaixo (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”).

6.24.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.24.11 abaixo:

- I. transformação do tipo societário da Emissora, de forma que ela deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- II. cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora, exceto (a) no caso de a Emissora permanecer, ainda que indiretamente, controlada pela Fiadora, (b) no caso de cisão da Emissora, desde que tal cisão não resulte na perda, pela Fiadora, de participações societárias ou ativos que representem 10% (dez por cento) ou mais do ativo total da Fiadora apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas; (c) se referida cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou outra forma de reorganização societária houver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; (d) se estiver sido assegurado aos Debenturistas que assim desejarem, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação da(s) ata(s) da(s) assembleia(s) geral(is) relativa(s) à(s) operação(ões) de cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações), conforme o caso, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo respectivo

Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate;

- III. cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Fiadora, salvo: (i) caso (a) a referida cisão, fusão, incorporação ou reorganização societária tenha sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) a Fiadora tenha obtido, por consequência da referida incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária, a classificação de risco A+(local) atribuída pela Standard & Poor's ou Fitch Ratings ou A1 (local) atribuída pela Moody's, em data anterior a realização da Assembleia Geral de Debenturistas; (ii) se a reorganização societária houver ocorrido no âmbito (a) da aquisição pela Fiadora do Grupo Rede ou na reestruturação, pela Fiadora, das sociedades do Grupo Rede ou (b) de alienação de ativos ou de participações societárias da Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., da Companhia Nacional de Energia Elétrica, da Caiuá - Distribuição de Energia S.A., da Empresa Elétrica Bragantina S.A. e/ou da Companhia Força e Luz do Oeste; e (iii) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação da(s) ata(s) da(s) assembleia(s) geral(is) relativa(s) à(s) operação(ões), o resgate das Debêntures de que forem titulares pelo respectivo Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, conforme o caso, até a data do efetivo resgate. Para fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Grupo Rede" as sociedades controladoras, controladas ou sob controle comum da Rede Energia antes da assunção do controle da Rede Energia pela Fiadora;
- IV. (a) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora; (b) extinção, liquidação ou dissolução da Fiadora; (c) extinção, liquidação ou dissolução de quaisquer controladas da Fiadora, salvo se (i) decorrente de vencimento ordinário do prazo normal de exploração de concessões e autorizações da respectiva controlada da Fiadora; ou (ii) referida extinção, liquidação ou dissolução de qualquer das controladas houver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocadas para esse fim; (d) decretação de falência da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer

Controlada Relevante da Fiadora; (e) pedido de autofalência formulado pela Emissora, pela Fiadora e/ou por qualquer Controlada Relevante da Fiadora; (f) pedido de falência da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer Controlada Relevante da Fiadora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (g) requerimento de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer Controlada Relevante da Fiadora, independentemente do deferimento do pedido, ou ainda qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei. Para fins deste inciso e demais disposições aplicáveis desta Escritura de Emissão, consideram-se "Controladas Relevantes" as seguintes empresas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A., a Emissora, a Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT e a Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL;

- V. protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora, a Fiadora e/ou as Controladas Relevantes da Fiadora sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidores, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), caso ocorra antes da realização de aumento de capital da Fiadora em montante igual ou superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Aumento de Capital da Fiadora") e, (b) R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), após comprovação da completa realização do Aumento de Capital da Fiadora, salvo se, no prazo de 15 (quinze) dias contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou pela respectiva Controlada Relevante que (x) o protesto foi cancelado, sustado ou suspenso; (y) foram prestadas garantias em juízo em valor no mínimo equivalente ao montante protestado; ou (z) o montante protestado foi devidamente quitado. Ambos os limites acima mencionados serão devidamente corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde a Data de Emissão até a data da verificação do respectivo evento. Para fins deste inciso as sociedades integrantes do Grupo Rede, inclusive aquelas relacionadas com a recuperação judicial e com a aquisição do Grupo Rede não serão consideradas controladas diretas ou indiretas da Emissora até o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua efetiva aquisição pela Fiadora; i.e., durante referido prazo, eventual falta de pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias por elas contratadas não será considerado um evento de vencimento antecipado no âmbito desta Escritura de Emissão;

- VI. falta de pagamento, pela Emissora, pela Fiadora e/ou por qualquer controlada direta da Fiadora, nas respectivas datas de vencimento, de qualquer obrigação pecuniária em montante individual ou agregado igual ou superior a (a) R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), caso ocorra antes do Aumento de Capital da Fiadora e, (b) R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), após comprovação da completa realização do Aumento de Capital da Fiadora. Ambos os limites acima mencionados serão devidamente corrigidos pela variação do IPCA desde a Data de Emissão até a data da verificação do respectivo evento, salvo se a referida falta de pagamento for sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da respectiva data de vencimento. Para fins deste inciso, as empresas do Grupo Rede, inclusive aquelas relacionadas com a recuperação judicial e com a aquisição do Grupo Rede não serão consideradas controladas diretas ou indiretas da Emissora até o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua efetiva aquisição pela Fiadora; i.e., durante referido prazo, eventual falta de pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias por elas contratadas não será considerado um evento de vencimento antecipado no âmbito desta Escritura de Emissão;
- VII. vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras contraídas pela Emissora, pela Fiadora e/ou por controladas diretas ou indiretas da Fiadora no mercado local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), caso ocorra antes do Aumento de Capital da Fiadora e, (b) R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), após comprovação da completa realização do Aumento de Capital da Fiadora. Ambos os limites acima mencionados serão devidamente corrigidos pela variação do IPCA desde a Data de Emissão até a data da verificação do respectivo evento;
- VIII. caso seja proferida decisão judicial em qualquer grau de jurisdição, que reconheça a ilegalidade, inexistência, nulidade, invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão ou de qualquer das Garantias;
- IX. (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do vencimento da referida obrigação; ou (b) descumprimento, pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Fiança, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do prazo de pagamento pela Fiadora estabelecido na Cláusula 6.7.1 acimadecorrente de descumprimento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora relacionada às Debêntures;

- X. inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer das declarações feitas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Documentos da Oferta Restrita, à época em que a declaração for prestada;
- XI. constituição, pela Emissora e/ou pela Fiadora, sem aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especificamente convocada para esse fim, de quaisquer ônus ou gravames sobre os bens móveis ou imóveis da Emissora ou da Fiadora, cujo valor, individual ou agregado, supere 10% (dez por cento) do ativo total da Emissora ou da Fiadora, conforme o caso, apurado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas, exceto com relação às hipóteses previstas nas alíneas (a) a (i) abaixo, as quais não serão consideradas, independentemente do valor, para os fins do cálculo disposto neste inciso XII:
- (a) ônus ou gravames constituídos no âmbito desta Emissão;
  - (b) ativos vinculados a projetos de geração e/ou transmissão e/ou distribuição de energia elétrica da Emissora e/ou da Fiadora, para fins de garantir financiamentos tomados para implantação e desenvolvimento dos respectivos projetos, inclusive a aquisição de equipamentos em substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade ou eliminação de ativos operacionais obsoletos;
  - (c) ativos adquiridos pela Emissora e/ou pela Fiadora para fins de garantir financiamentos na modalidade "acquisition finance";
  - (d) ônus ou gravames que já tenham sido constituídos pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou pelas demais empresas do Grupo Rede até a data desta Escritura de Emissão, incluindo eventuais renovações posteriores e mesmo substituição por outras operações;
  - (e) ônus e gravames constituídos pela Emissora e/ou pela Fiadora em uma eventual emissão de dívida cuja destinação dos recursos seja resgatar, na totalidade, as Debêntures;
  - (f) ônus e gravames constituídos em favor das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobrás ou de bancos de fomento ou desenvolvimento (incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A. - BNDES, Banco da Amazônia S.A. e o Banco do Nordeste do Brasil S.A.), pela Emissora e/ou pela Fiadora, para garantir financiamentos por eles concedidos;



- (g) ativos que estejam onerados ou gravados quando de sua aquisição, direta ou indireta, pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou pelas controladas relevantes da Emissora;
  - (h) ônus ou gravames constituídos até a Data de Emissão pela Emissora e/ou pela Fiadora e relacionados a depósitos judiciais, para valores que estejam sendo de boa fé questionados e para os quais provisões adequadas tenham sido constituídas até a Data de Emissão; ou
  - (i) constituição de fundos de investimento em direitos creditórios pela Emissora e/ou pelas Controladas Relevantes da Fiadora que tenham por objetivo financiar investimentos das sociedades do grupo econômico da Fiadora;
- XII. alienação de: (i) ativos ou de participações societárias da Emissora e/ou (ii) ativos ou de participações societárias da Fiadora que, individual ou conjuntamente, representem pelo menos 10% (dez por cento) do ativo total da Fiadora, exceto, em ambas as hipóteses se os recursos líquidos originários da alienação dos respectivos ativos forem empregados na amortização de dívidas da Emissora e/ou da Fiadora, conforme o caso;
- XIII. desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique constrição de bens da Emissora, da Fiadora e/ou das controladas diretas ou indiretas da Fiadora que, individual ou conjuntamente, representem 10% (dez por cento) do ativo total da Fiadora, apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas, exceto se a desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária seja decorrente de vencimento do prazo normal de exploração de concessões e autorizações da Emissora e/ou da Fiadora e/ou das controladas diretas da Fiadora;
- XIV. reforma da decisão que homologou o “Plano de Recuperação Conjunto de Rede Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, Companhia Técnica de Comercialização de Energia CTCE – Em Recuperação Judicial, QMRA Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Denerge Desenvolvimento Energético S.A. – Em Recuperação Judicial e Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema – Em Recuperação Judicial”, proferida em 9 de setembro de 2013 pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial da Comarca de São Paulo (“Plano de Recuperação Judicial”), a menos que: (i) seja apresentado um novo plano de recuperação judicial que preveja a aquisição das sociedades do Grupo Rede pela Fiadora e ele seja aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falência e Recuperação Judicial

do Foro Central da Comarca de São Paulo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da reforma da decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial; ou (ii) a reforma do Plano de Recuperação Judicial pelo Juízo da 2ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca de São Paulo não altere o controle acionário, direto ou indireto, detido pela Fiadora em relação às sociedades integrantes do Grupo Rede e/ou cause efeito adverso relevante nas condições econômico-financeiras da Emissora e/ou da Fiadora, que as impeça de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Emissão;

- XV. decretação da falência pelo descumprimento, pela Fiadora, de parte ou da totalidade de suas obrigações previstas nos termos do Plano de Recuperação Judicial, nos termos no artigo 73, inciso IV, e/ou artigo 94, alínea g, da Lei 11.101/2005;
- XVI. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita, sem a prévia anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- XVII. extinção, por qualquer motivo exceto pelo término de prazo contratual, de concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica detida, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, pela Emissora e/ou pela Fiadora;
- XVIII. intervenção, por qualquer motivo, em concessão para exploração de serviços de energia elétrica detida pela Emissora, pela Fiadora ou por qualquer das Controladas Relevantes da Fiadora;
- XIX. não constituição das Garantias, mediante registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão e/ou nos respectivos instrumentos, exceto se: (i) a Emissora comprovar a demora imotivada dos cartórios competentes para realização dos respectivos registros; (ii) o atraso decorrer de greve ou suspensão, por qualquer outro motivo, dos serviços prestados pelos cartórios competentes; ou (iii) os cartórios competentes fizerem qualquer exigência com relação ao registro dos referidos contratos, desde que tais exigências estejam sendo cumpridas tempestivamente pela Emissora; e/ou
- XX. aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 4 desta Escritura de Emissão.

6.24.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.24.6 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. descumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos demais Documentos da Oferta Restrita, não sanada no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da comunicação do referido descumprimento (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (b) pelo Agente Fiduciário e/ou à Fiadora ou por qualquer Debenturista à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura de Emissão;
- II. incorporação (inclusive incorporação de ações), fusão ou cisão de qualquer Controlada Relevante da Fiadora (exceto a Emissora, com relação à qual se aplica o disposto no inciso II acima Cláusula 6.24.1 acima), ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo qualquer Controlada Relevante da Fiadora, exceto:
  - (a) pela incorporação, pela Fiadora (de modo que a Emissora seja a incorporadora), de qualquer Controlada Relevante da Fiadora;
  - (b) pela reorganização societária realizada, exclusivamente, entre a Emissora e as empresas do Grupo Rede, desde que a Emissora continue, ainda que indiretamente, controladora das empresas do Grupo Rede;
  - (c) pela reorganização societária realizada, exclusivamente, entre a Fiadora e suas controladas, desde que a Fiadora permaneça, ainda que indiretamente, como controladora, direta ou indireta, das demais sociedades resultantes da reorganização societária;
  - (d) se houver o prévio consentimento de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
  - (e) tenha sido assegurado aos Debenturistas que assim desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação da(s) ata(s) da(s) assembleia(s) geral(is) relativa(s) à(s) operação(ões) de incorporação (inclusive incorporação de ações), fusão ou cisão, o resgate das Debêntures de que forem titulares pelo respectivo Valor

Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão (ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração) até a data do efetivo resgate;

- (f) pela cisão de controladas da Fiadora, desde que tal cisão não resulte na perda, pela Fiadora, de participações societárias ou ativos que representem 10% (dez por cento) ou mais do seu ativo total, apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas; ou
  - (g) qualquer reorganização das sociedades do Grupo Rede, incluindo incorporação, cisão e incorporação de ações.
- III. alteração do atual controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Fiadora, de forma direta ou indireta;
- IV. resgate ou amortização de ações, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição, pela Emissora ou pela Fiadora, a seus respectivos acionistas, quando elas estiverem em mora com relação a obrigações relacionadas às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, façam jus;
- V. não renovação (exceto com relação ao vencimento ordinário das concessões cujos prazos finais de vencimento, nesta data, são inferiores à Data de Vencimento das Debêntures), cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas pelos órgãos competentes que afete de forma relevante e adversa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pela Fiadora, consideradas como um todo, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou a Fiadora, conforme o caso, comprovar a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou da Fiadora, conforme o caso, até a renovação ou obtenção da referida autorização, concessão, subvenção, alvará ou licença;
- VI. alteração do objeto social da Emissora e/ou da Fiadora que modifique substancialmente as atividades por elas praticadas, exceto se tal

alteração referir-se à ampliação da atuação da Emissora e/ou da Fiadora, mantidas as atividades relacionadas ao setor de distribuição de energia elétrica;

- VII. redução de capital da Emissora, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- VIII. existência de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, de natureza condenatória, que resulte, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento pela Emissora, pela Fiadora e/ou por qualquer das controladas diretas ou indiretas da Fiadora, de montante individual ou agregado, igual ou superior a (a) R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), caso seja proferida antes da realização do Aumento de Capital da Fiadora e, (b) R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), após comprovação da completa realização do Aumento de Capital da Fiadora. Ambos os limites acima mencionados serão devidamente corrigido pela variação do IPCA desde a Data de Emissão até a data da verificação do respectivo evento; e
- IX. não manutenção pela Fiadora (i) de junho de 2015 a março de 2016 do índice financeiro consolidado da Fiadora obtido pela razão entre a Dívida Líquida/EBITDA correspondente a 5 (cinco) vezes e (ii) a partir de junho de 2016 até a Data de Vencimento das Debêntures do índice financeiro consolidado da Fiadora obtido pela razão entre a Dívida Líquida/EBITDA correspondente a 3,5 (três virgula cinco) vezes. Os índices financeiros previstos acima em (i) e (ii) serão apurados trimestralmente, tomando por base os balanços trimestrais da Companhia e considerando, no cálculo, os 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração. Especificamente para os 11 (onze) primeiros meses subsequentes à data de transferência de controle acionário da Emissora para a Fiadora, qual seja, 11 de abril de 2014, não haverá apuração do índice financeiro, uma vez que a Fiadora não terá contabilizado um período inferior a 12 (doze) meses de resultados medidos pela EBITDA.

6.24.3 Para fins desta Cláusula, (a) “Dívida Líquida” significa o valor calculado em bases consolidadas na Fiadora igual: (i) à soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, posições líquidas de derivativos, notas promissórias (comercial papers), títulos emitidos no mercado internacional registrados no passivo circulante ou no exigível a longo prazo (bonds, eurobonds, short term notes), parcelamentos com fornecedores, déficit de planos de previdência e parcelamento de impostos e contribuições, registradas no passivo circulante e

no exigível a longo prazo, (ii) diminuído pelos saldos de caixa, aplicações financeiras, recursos a receber da Eletrobrás em decorrência do Programa de Baixa Renda e Programa Luz para Todos registrados no ativo circulante e no ativo realizável a longo prazo e créditos da Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") a receber vinculados a dívida e Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), observado que, em decorrência de alteração nas normas contábeis, os créditos da CCC e da CDE deixem de ser contabilizados no balanço patrimonial como ativo, os valores continuarão a ser subtraídos para fins de cálculo da Dívida Líquida desde que estejam detalhados em notas explicativas às demonstrações financeiras da Emissora; e (b) "EBITDA" significa o valor calculado em bases consolidadas igual: (i) somatório do EBITDA de cada uma das empresas Controladas pela Fiadora, nos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração; e (ii) ao resultado líquido relativo a um período de 12 (doze) meses, antes da participação de minoritários, imposto de renda, contribuição social, resultado não operacional, resultado financeiro, amortização de ágio, depreciação dos ativos, participação em coligadas e controladas, despesas com ajuste de déficit de planos de previdência e incluindo (a) a receita com acréscimo moratório sobre contas de energia elétrica e (b) recursos de subvenção, que tenham efeito caixa, concedidos para fazer frente aos custos de energia comprada das distribuidoras.

- 6.24.4 Para fins desta Cláusula, o termo "controlada" tem o significado definido a ele atribuído na forma do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.24.5 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados na Cláusula 6.24.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando a ciência de tal acontecimento.
- 6.24.6 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados na Cláusula 6.24.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas, visando a deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado os procedimentos de convocação e o quorum específico.
- 6.24.7 O Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas referidas na Cláusula acima.
- 6.24.8 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures.

- 6.24.9 Se, na Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.
- 6.24.10 Adicionalmente ao disposto na Cláusula acima, na hipótese de (i) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum; ou (ii) não ser determinado por Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, devendo enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.
- 6.24.11 Na ocorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

## 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

### 7.1 A Emissora, adicionalmente, se obriga a:

- I. disponibilizar ao Agente Fiduciário (ou fazer com que a Fiadora disponibilize, no caso de documentos e informações relativos à Fiadora) os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e da Fiadora relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (ii) declaração de Diretor da Emissora atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (c) cumprimento, pela Fiadora, da obrigação de manutenção do registro de

companhia aberta; (d) cumprimento da obrigação de manutenção do departamento de Debenturista; (e) que os bens da companhia foram mantidos devidamente assegurados; e (f) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto;

- (b) após as condições previstas na IX da Cláusula 6.24.2 acima, dentro de, no máximo, (1) 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, o relatório da memória de cálculo detalhada, compreendendo todas as rubricas necessárias para acompanhamento dos Índices Financeiros para o respectivo exercício, devidamente auditados pelos auditores independentes, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (2) 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento de cada trimestre (exceto pelo último trimestre de seu exercício social), ou em até 5 (cinco) dias após a divulgação dos resultados, o que ocorrer primeiro, (i) cópia do Formulário de Informações Trimestrais – ITR e (ii) relatório da memória de cálculo detalhada, compreendendo todas as rubricas necessárias para acompanhamento dos Índices Financeiros para o respectivo exercício, devidamente revisados pelos auditores independentes, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (c) em até 3 (três) Dias Úteis antes do pagamento de dividendos aos acionistas da Emissora, declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;
- (d) em até 2 (dois) Dias Úteis contados de seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a, correspondências ou notificações judiciais ou extrajudiciais relacionadas a Eventos de Inadimplemento;
- (e) em até 2 (dois) Dias Úteis contados da verificação da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, informações a respeito do respectivo Evento de



Inadimplemento, acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. O descumprimento da obrigação aqui prevista pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercerem seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados à Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.24 acima;

- (f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) em até 5 (cinco) dias contados de sua ocorrência, notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (h) em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar um Evento de Inadimplemento;
- (i) em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, todos os esclarecimentos adicionais solicitados pelo Agente Fiduciário que se façam necessários para o exercício de sua função;
- (j) uma via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCETINSe registradas nos cartórios competentes, mencionados no inciso Vda Cláusula 2.1 acima, tempestivamente após a data do respectivo arquivamento; e
- (k) quando solicitados, os eventuais comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;

- II. protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos na JUCETINS e nos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos das Cidades de Palmas, Rio de Janeiro e Cataguases em até 7 (sete) Dias Úteis contados a partir da respectiva

data de assinatura, enviando ao Agente Fiduciário comprovação de tais registros tempestivamente após a sua obtenção;

- III. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- IV. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- V. convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Oferta Restrita, nos termos desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- VI. cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- VII. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- VIII. cumprir todas as leis, todas as regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos, exceto na medida em que qualquer descumprimento não possa causar um efeito adverso relevante;
- IX. notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário e a CETIP sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- X. manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- XI. cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação; e
  - (f) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- XII. repassar as informações referentes aos eventos das Debêntures ao Banco Liquidante, informando o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, até às 19:00h (dezenove horas) da véspera do evento;
- XIII. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida) e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- XIV. não transferir ou, por qualquer forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que adquiriu e assumiu nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- XV. envidar seus melhores esforços para manter em vigor toda a estrutura de contratos relevantes e demais acordos relevantes existentes nesta data e necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

- XVI. apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM nos prazos estabelecidos por essas entidades;
- XVII. não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- XVIII. manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistemas de negociação no mercado secundário por meio do CETIP21;
- XIX. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- XX. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48, inciso II da Instrução n.º CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
- XXI. abster-se, até o envio de comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação;
- XXII. prestar, no âmbito da Oferta Restrita, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas;
- XXIII. não realizar operações com partes relacionadas exceto se em condições equitativas e desde que respeitadas as regras estabelecidas para a manutenção da autorização da Emissora para a negociação na BM&FBOVESPA;
- XXIV. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- XXV. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

- XXVI. manter, e fazer com que suas Controladas mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- XXVII. exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora e/ou por suas Controladas na esfera judicial ou administrativa, cumprir, e fazer com que suas controladas cumpram, todas as leis, regras, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis à condução de seus negócios;
- XXVIII. manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessárias ao regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou controladas, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto, exceto aqueles cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para: (i) suas atividades ou situação financeira, considerando a Emissora em base consolidada; ou (ii) o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
- XXIX. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- XXX. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XXXI. observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- XXXII. respeitar a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, e não incentivar a prostituição, utilizar ou incentivar mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringir direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente;
- XXXIII. cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e

regulamentações ambientais supletivas, bem como adotar medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão; e

XXXIV. informar e enviar o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, todos os dados financeiros e atos societários relacionados à Emissão e necessários à realização do relatório anual citado no inciso XIII da Cláusula 8.4.1 abaixo, conforme a Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no referido inciso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso XIV da Cláusula 8.4.1 abaixo.

## 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1 *Nomeação.*

8.1.1 A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Oferta Restrita a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.

### 8.2 *Declarações.*

8.2.1 O Agente Fiduciário, que representa a comunhão dos Debenturistas, neste ato assim nomeado, declara, sob as penas da lei:

- I. não ter nenhum impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. aceitar integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas Cláusulas e condições;

- IV. ser uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- V. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- VI. estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- VII. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- VIII. estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- X. que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- XI. que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XII. que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- XIII. que o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- XIV. que cumpre em todos os aspectos materiais todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- XV. na data de assinatura desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 6ª (Sexta) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações,

em Série Única, da Espécie Quirografia, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Fiadora ("6ª Emissão da Fiadora"), com vencimento em 01 de março de 2016, em que foram emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da Fiadora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; e

- XVI. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.

### 8.3 *Substituição.*

- 8.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.6 abaixo.
- 8.3.2 Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 8.3.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e (ii) deverá ser objeto



de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCETINS e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

8.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro ratatemporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como Agente Fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.

8.4 *Deveres.*

8.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VI. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não

pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, da Justiça do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- X. solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- XI. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Divulgação da Emissora, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- XII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIII. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (f) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
  - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos Índices Financeiros;
  - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - (i) resgate, amortização, aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- XIV. disponibilizar o relatório de que trata o inciso XIII desta Cláusula aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) no seu escritório; (c) na CVM; (d) na sede do Coordenador Líder; e (e) na CETIP;
- XV. publicar, às expensas da Emissora, nos Jornais de Divulgação da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o inciso XIII acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso XIV acima;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora desde já expressamente autoriza, e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente

autorizarão o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- XVII. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- XVIII. notificar os Debenturistas, sempre que possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contado da data em que o Agente Fiduciário tomar ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à (i) CVM; e (ii) CETIP;
- XIX. disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou do seu sítio eletrônico o Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora; e
- XX. acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

#### 8.5 *Atribuições Específicas.*

8.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- III. requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável; e
- IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I, II e III da Cláusula 8.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto no inciso IV da Cláusula 8.5.1 acima.

#### 8.6 Remuneração do Agente Fiduciário.

8.6.1 Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a:

- I. parcelas anuais de R\$4.000,00 (quatro mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) Dias Úteis após a assinatura desta Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
- II. o pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário acrescidos dos valores relativos aos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- III. as parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGPM") ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die*;
- IV. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo o valor em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM,

incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro rata die; e

- V. a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.7 *Despesas.* A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.7.1 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante a entrega de cópia dos comprovantes de pagamento.

8.7.2 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.7.3 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com conferencecall e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

## 9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 *Convocação.*

9.1.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.1.2 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.1.3 A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Divulgação da Emissora, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão. Ficam dispensadas as formalidades de convocação quando houver presença da totalidade dos Debenturistas à Assembleia Geral de Debenturistas.

9.1.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8(oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, não se realizando a assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5(cinco) dias.

9.2 *Quórum de Instalação.*

9.2.1 A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ao), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.3 *Mesa Diretora.*

9.3.1 A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.4 *Quórum de Deliberação.*

9.4.1 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura de Emissão e nas hipóteses de alteração de prazos, quóruns qualificados, valor e forma de Remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão e devidos aos titulares das Debêntures, resgate das Debêntures, alteração na Cláusula 6.24 acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário que

impliquem em alteração da Cláusula 6.24 acima, e alterações desta Cláusula, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

- 9.4.2 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quorunsestabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.
- 9.4.3 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.4.4 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

#### 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

- 10.1 A Emissora e a Fiadora, individualmente, declara e garante ao Agente Fiduciário que:
- I. no caso da Emissora, é uma companhia fechada devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras; e no caso da Fiadora, é uma companhia aberta devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
  - II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
  - III. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem (i) qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou pela Fiadora; (ii) qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de seus ativos estejam sujeitas; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Fiadora e/ou quaisquer de seus ativos;



- IV. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- V. a Emissora e a Fiadora estão cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora e/ou da Fiadora;
- VI. a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data e pelos ônus criados pela Cessão Fiduciária de Recebíveis; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- VII. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura de Emissão na JUCETINSe o registro das Debêntures na CETIP e o registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- VIII. não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- IX. manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- X. tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto na medida em que a obtenção ou a renovação das autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes para o exercício das atividades da Emissora já tenham sido solicitadas aos órgãos competentes pela Emissora, devendo esta comprovar, em até 10 (dez) Dias Úteis, a solicitação ou a renovação das autorizações e licenças (inclusive ambientais);

- XI. as demonstrações financeiras da Emissora e da Fiadora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora ou da Fiadora, conforme o caso, nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Emissora não tem conhecimento de nenhum efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora, exceto com relação à (i) aquisição do Grupo Rede; e (ii) 6ª (sexta) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Fiadora;
- XII. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e a Fiadora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora e da Fiadora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- XIII. não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas da Emissora ou da Fiadora em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- XIV. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a Fiadora, em observância ao princípio da boa-fé;
- XV. esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora e da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil; e
- XVI. está cumprindo rigorosamente da legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social.

- 10.2 A Emissora e a Fiadora se comprometem a notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. COMUNICAÇÕES

- 11.1 Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima tempestivamente após o envio da mensagem. A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado:

I. para a Emissora:

**COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS - CELTINS**  
Quadra 104 Norte – Avenida LO4 – Conjunto IV – Lote 12A  
CEP 77006-032, Palmas – TO  
At.: Sr. Cláudio Brandão Silveira / Srtas. Diana Vargens e Olívia Teixeira  
Tel.: (21) 2122-6934  
Fax: (21) 2122-6931  
E-mail: [claudiobrandao@energisa.com.br](mailto:claudiobrandao@energisa.com.br)

II. para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, Sala 514  
CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ  
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira  
Tel.: (21) 3385.4565  
Fax: (21) 3385.4046  
E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

III. para a Fiadora:

**ENERGISA S.A.**

Av. Pasteur, n.º 110, 5º e 6º andares, Botafogo

CEP 22290-240, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Cláudio Brandão Silveira

Tel.: (21) 2122-6934

Fax: (21) 2122-6931

E-mail: [claudiobrandao@energisa.com.br](mailto:claudiobrandao@energisa.com.br)

12. DESPESAS

- 12.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, da Oferta Restrita e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário, da CETIP e dos demais prestadores de serviços.

13. RENÚNCIA

- 13.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 14.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.
- 15.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer Cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à Cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da Cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da Cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 15.3 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 15.4 As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
- 15.5 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão, exceto se de outro modo previsto nesta Escritura de Emissão, serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.
- 15.6 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato relacionado à Oferta Restrita que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

- 15.7 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será responsável, sob qualquer hipótese, pela elaboração de documentos societários da Emissora.
- 15.8 Os atos ou manifestações emitidas pelo Agente Fiduciário que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles atos e/ou manifestações relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.
- 15.9 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.
16. LEI APLICÁVEL; FORO
- 16.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.
- 16.2 Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Palmas, 16 de maio de 2014.

(assinaturas nas páginas seguintes)



(página de assinatura 1/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS", celebrada entre Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Energisa S.A. em 16 de maio de 2014)

**COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS - CELTINS**

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

139 Ofício de Notas - Tabelião Luiz Fernando Carvalho de Faria  
Av. Rio Branco 135 - Grupo 312 - RJ - Tel. 2224-8423 - NO scomita  
Reconheço por semelhança a(s) firma(s): #  
MAURICIO PEREZ BOTELHO-EAFW90776(KRS, CL#  
AUDIO BRANDAO SILVEIRA-EAFW90777(SRP, #==  
Rio de Janeiro, 16 de Maio de 2014 às 15:03:44  
2- Em Testemunho BRUNO MARCOS SALOMÃO FIALHO  
BRUNO MARCOS SALOMÃO FIALHO - Autorizado - KRS 14939  
Valido somente com selo de Fiscalização. Total: R\$ 1494/14939  
EAFW90776 KRS EAFW90777 SRP Consulte em <https://www3.ltrj.jus.br/sitepublico>

(página de assinatura 2/4do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS", celebrada entre Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Energisa S.A. em 16 de maio de 2014)

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Marcelle Motta Santoro

Nome:

Cargo:

**Marcelle Santoro**  
Diretora

**2º OFÍCIO DE NOTAS - TABELIÃO: ADILSON WAGNER FIRMINO**

Estr. dos Bandeirantes, 209 - Lj C/D- Taquara - RJ - Fone: (021) 2445-8785

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de:

MARCELLE MOTTA SANTORO+++++

+++++ OFÍCIO 2º

Rio de Janeiro, 16 de Maio de 2014. Conf. por

Em testemunho da verdade.

Emolumentos R\$4,28

Impostos R\$1,42

Total R\$5,70

CTPS 78631 S/108RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE  
EAFU05934-SBS Consulte em <http://www3.tjrj.jus.br/sltepublico>



(página de assinatura 3/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS", celebrada entre Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Energisa S.A. em 16 de maio de 2014)

ENERGISA S.A.

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

130 Ofício de Notas - Tabelião Luiz Fernando Carvalho de Faria  
Av. Rio Branco 135 - Grupo 312 - RJ - Tel. 2224-8423 - Nº sconiia  
Reconheço por semelhança a(s) firma(s): +  
MAURICIO PEREZ BOTELHO-EAFW90774#NPM, CL#  
AUDIO BRANDAO SILVEIRA-EAFW90775#NWA, #==  
Rio de Janeiro, 16 de Maio de 2014 as 15:08:43 Ofício de Notas  
2- Em Testemunho Bruno Marcos Salomão Fialho  
BRUNO MARCOS SALOMÃO FIALHO - Autorizado Nº 36, credente  
Total R\$ 404.149,39  
Válido somente com selo de fiscalização.  
EAFW90774 NPM EAFW90775 NWA Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

*(página de assinatura 4/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS", celebrada entre Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Energisa S.A. em 16 de maio de 2014)*

Testemunhas:

---

Nome:

RG:

CPF:

---

Nome:

RG:

CPF:



ANEXO I

AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

Datas de Amortização	Valor a ser amortizado	Percentual a ser amortizado
30.06.2016	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.07.2016	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.08.2016	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.09.2016	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.10.2016	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.11.2016	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.12.2016	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.01.2017	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
28.02.2017	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.03.2017	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.04.2017	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.05.2017	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.06.2017	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.07.2017	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.08.2017	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.09.2017	R\$ 1.390.000,00	2,7800%

64/00

2

30.10.2017	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.11.2017	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.12.2017	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.01.2018	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
28.02.2018	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.03.2018	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.04.2018	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.05.2018	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.06.2018	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.07.2018	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.08.2018	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.09.2018	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.10.2018	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.11.2018	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.12.2018	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.01.2019	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
28.02.2019	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.03.2019	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.04.2019	R\$ 1.390.000,00	2,7800%
30.05.2019	Saldo Devedor	Saldo Devedor

100  
e  
7